



Territórios saudáveis e sustentáveis como estratégia de promoção da saúde em Mato Grosso.

Healthy and Sustainable Territories as a strategy for Health Promotion in Mato Grosso.

MONTANARI CORRÊA, Marcia Leopoldina¹, DEL BEL Haya²; NEVES, Maelison Silva³, SOARES, Mariana Rosa⁴.

¹Universidade Federal de Mato Grosso, marcialmontanari@gmail.com, ² Universidade Federal de Mato Grosso, hayadelbel@gmail.com; ³ Universidade Federal de Mato Grosso, maelison@gmail.com;

⁴Universidade Federal de Mato Grosso, enf.marianasoares@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

Resumo: A pesquisa intitulada Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Mato Grosso, em transcurso entre julho de 2020 e maio de 2024, tem a finalidade de caracterizar os riscos ocupacionais e socioambientais das cadeias produtivas e seus efeitos sobre o território. Limitamos 15 municípios em 05 regiões do MT. Os dados são obtidos a partir de levantamentos secundários, de entrevistas, de rodas de conversa com sindicatos, movimentos sociais e profissionais de saúde e de inquéritos sobre condições de saúde autoreferidas. Análises preliminares indicam que a maior concentração do uso de agrotóxicos e área plantada está na porção central do estado. É possível identificar o aumento dos casos de internação hospitalar por doenças respiratórias crônicas como asma e bronquite, aumento de casos de câncer e malformações fetais em regiões de intenso uso de agrotóxicos. Entretanto, as reações dos movimentos sociais de mulheres, camponeses, indígenas, de sindicatos e mandatos são resistência.

Palavras-Chave: saúde e ambiente; agrotóxicos; Mato Grosso; vigilância popular em saúde.

Contexto

A promoção de territórios saudáveis e sustentáveis compreende a valorização de saberes e práticas, o reconhecimento de experiências locais e a difusão de tecnologias sociais visando transformações nos territórios. Para definir diretrizes de atuação dos processos relacionados às ações territoriais de promoção e vigilância da saúde, foi estabelecido um percurso metodológico guiado pelos seguintes eixos conceituais e estruturantes, pautados por MACHADO et al (2017): informação, governança, formação e ação local/territorial. Como estratégia de investigação sobre a relação entre o processo de produção e reprodução social no contexto produtivo do agronegócio matogrossense e seus efeitos sobre o perfil epidemiológico das populações, a pesquisa intitulada “Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Mato Grosso”, parte da caracterização dos riscos ocupacionais e socioambientais das cadeias produtivas e seus efeitos sobre o território. Além disso, embasa-se no



conceito de territórios saudáveis e sustentáveis para propor uma estratégia de vigilância participativa da saúde, abrangendo as comunidades, sindicatos, instituições de ensino e pesquisa e a rede de atenção e vigilância em saúde dos municípios e do estado. A saúde corresponde a um valor de vida da sociedade, na dimensão em que as relações de trabalho e de reprodução social são organizadoras da determinação social da saúde das pessoas, para além do complexo industrial e serviços de saúde e dos determinantes sociais ligados ao consumo e ao ambiente (BREILH, 2016). A promoção da saúde se manifesta em sua dimensão política e em sua relação com o modo de vida nos cotidianos das pessoas.

Descrição da Experiência

O Projeto de pesquisa Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Mato Grosso, teve início em julho de 2020 e é um dos eixos do projeto agregador “Saúde e Trabalho: promoção de territórios saudáveis e sustentáveis nas cadeias produtivas do agronegócio no Mato Grosso”, conduzido pelo NEAST/ISC/UFMT (Núcleo de Estudos Ambientais, Saúde e Trabalho, do Instituto de Saúde Coletiva), em cooperação com o Ministério Público do Trabalho da 23ª Região. Tem como desafio articular a promoção e vigilância em Saúde do(a) Trabalhador(a) com o desenvolvimento de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Mato Grosso. Nesta perspectiva, foram escolhidos 03 municípios de 05 regiões do estado, a saber: (1) Região Centro-Norte (Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop); (2) Região Noroeste (Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campos de Júlio); (3) Região Sudeste (Rondonópolis, Campo Verde, Primavera do Leste); (4) Região Leste (Querência, Água Boa e Canarana); (5) Região Central (Cuiabá, Chapada dos Guimarães e Poconé).

O projeto está sendo desenvolvido por diversos pesquisadores e pesquisadoras dos seguintes departamentos da UFMT (Saúde Coletiva, Pedagogia, Direito, Agronomia e Economia) unidos a pesquisadores associados de três outras universidades (UFF, Fiocruz Brasília, UNIFESSPA e *Universidad Andina Simon Bolívar* - Equador) totalizando 08 professores e professoras. Somam-se a equipe docente 03 discentes do doutorado, 04 do mestrado e 08 da graduação. Todos estão organizados em 04 grupos de trabalho (GTs): (1) GT de saúde, (2) GT de indicadores econômicos, (3) GT de territorialidades e (4) GT de aspectos jurídicos.

Os dados foram obtidos a partir de levantamentos secundários - disponíveis em bases de dados públicas como o DATASUS, SINAN, IBGE, INDEA; de entrevistas, de rodas de conversa com sindicatos, movimentos sociais e profissionais de saúde e de inquéritos sobre condições de saúde autoreferidas. Dessa forma a metodologia do projeto, que tem vigência entre 2020 e 2024, e está em pleno desenvolvimento nas regiões estudadas, contempla o levantamento de informação com base em indicadores epidemiológicos de acesso aos serviços de saúde, demográficos, culturais, sociais, econômicos, de produção agrícola e de uso de agrotóxicos; entrevistas com representantes de conselhos e sindicatos; mapeamento das estratégias de produção agroecológicas/orgânicas; formação para profissionais da educação e da saúde, sindicatos e conselhos; formação de fóruns



de discussão de propostas locais e regionais de PTSS e encaminhamento às instâncias decisórias.

Neste projeto, adota-se a perspectiva da determinação social do processo saúde-doença (BREILH, 2006), considerando a interface entre os processos de produção e reprodução social e suas implicações para os modos de vida e perfil epidemiológico das populações. Tal perspectiva alinha-se à saúde coletiva e medicina social latino-americana que embasam o campo de estudos sobre saúde do(a) trabalhador(a) e Saúde e Ambiente.

Resultados

A partir das discussões do GT Territorialidades, estabeleceu-se que, além dos dados disponíveis via pesquisa bibliográfica/documental, bem como imagens de satélite, era necessário realizar trabalhos de campo nos municípios, para obter um diagnóstico mais preciso do contexto em que os agricultores estão inseridos. Para isso, definiu-se quatro dimensões que possibilitaram o diagnóstico de diferentes aspectos físicos e sociais presentes nos municípios: (1) Conflito; (2) Organização do trabalho; (3) Mapa ambiental/cobertura vegetal; (4) Potencialidades. A primeira categoria abrange formas de produção, processos de luta pela terra, violências e expulsões. A segunda, de organização do trabalho, foca no tipo de trabalho que garante a existência das pessoas que vivem e dependem daquele ambiente. A terceira, consiste na produção de mapas com dados de desmatamento e uso do solo no âmbito municipal, além da produção de mapas com as localizações onde foram realizados os trabalhos de campo. Finalmente, a quarta categoria destaca as potencialidades das áreas visitadas, tanto físicas quanto sociais (presença de nascentes, realização de festas de santo, por exemplo).

A partir dessas dimensões, com a coleta de dados, busca-se analisar e fazer o levantamento da estrutura, dinâmica e territorialização sociotécnicas das cadeias produtivas das regiões, os indicadores sanitários, ocupacionais, sociais, demográficos e ambientais (e como se articulam com o modelo de desenvolvimento e com os processos produtivos), o modo de vida e trabalho e processo saúde-doença das populações, a distribuição socioespacial dos riscos e vulnerabilidades socioambientais dos territórios, os riscos e agravos à saúde ocupacional, suas vulnerabilidades e tensões psicossociais relacionados ao trabalho, assim como a identificação das principais cadeias produtivas agropecuárias dos locais de estudo.

Durante o ano de 2022 foram executados os trabalhos de campo dos seguintes municípios, conforme ordem de realização: Chapada dos Guimarães, Barão de Melgaço, Poconé, Campo Verde, Lucas do Rio Verde e Sorriso - estes executados pela equipe de Cuiabá. Também foram realizados trabalhos nos municípios de Rondonópolis e Sinop - executados por integrantes da equipe que desenvolvem atividades nestas cidades. No ano de 2023 estão sendo realizados os trabalhos nos municípios restantes: Primavera do Leste e os integrantes das regiões Leste e Oeste.

A maioria dos 141 municípios de Mato Grosso, cerca de 60% apresenta modelo de produção agrícola pautado no agronegócio para produção de *commodities* agrícolas, com intensivo uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.



Em todas as regiões estudadas há presença de povos indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas, assentamentos da Reforma Agrária e agricultores familiares. A maior concentração do uso de agrotóxicos e área plantada encontra-se na porção central do estado, popularmente conhecida como “Nortão” seguido da região Noroeste. Segundo os dados levantados nesse relatório, o município que mais utilizou agrotóxicos foi Sorriso, (15.389.957), seguido de Sapezal (12.892.712,40), Campo Novo do Parecis (12.012.419,60) e Nova Ubiratã (10.383.822,60) em litros, apenas no ano de 2020.

Segundo estudo realizado em 2018, cerca de 75 % do território agriculturável do estado é ocupado para produção de soja, milho, algodão, cana e girassol, com baixa incidência de áreas destinadas à produção de arroz, feijão, vegetais e frutas (MONTANARI CORRÊA et al, 2019). Em 2020, somando a produção por hectare dessas commodities, identifica-se uma ocupação em torno de 80% da área plantada.

Esse processo de cerceamento da produção tem chegado a municípios onde tradicionalmente não haviam áreas de lavouras, como é o caso de Poconé e Nossa Senhora do Livramento, no bioma Pantanal, onde a soja e a mineração tem modificado as paisagens e trazido novos desafios à saúde humana e ambiental. Nesse contexto, os conflitos por água se somam aos conflitos por terra e espaço de produção não químico-dependente, pois as possibilidades de produção agroecológica se reduzem pela pressão do uso de agrotóxico das áreas de entorno. Outro ponto a se destacar são as pulverizações intencionais sobre territórios tradicionais e de assentamentos da reforma agrária.

Nos últimos três anos, pelo menos 05 casos foram identificados, denunciados e desencadearam comunicações na imprensa, processos judiciais ou ações de ajustamento de conduta, como no caso da pulverização sobre escola de Sinop, a poeira tóxica sobre a comunidade quilombola de Jejum em Poconé, a mortalidade de abelhas após pulverização de fipronil em Sorriso, as mudanças de aldeia no território Kishedje no Xingu devido ao cheiro do veneno e pulverizações aéreas relatadas por indígenas no entorno de lavouras de Sapezal.

No que se refere aos dados de Saúde, é possível identificar o aumento dos casos de internação hospitalar por doenças respiratórias crônicas como Asma e Bronquite (exceto doenças infecciosas), aumento da incidência de internações por câncer infantil juvenil nas regiões de intenso uso de agrotóxicos entre os anos de 2008 e 2017, como as regiões Médio Norte (121% de aumento), e Sul-mato-grossenses (aumento de 54%) que representam respectivamente municípios de Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde. Também se destacam as frequências de suicídio e tentativas de suicídio nas regiões Teles Pires, que concentram aproximadamente 25% de todos os casos registrados no estado. Estes resultados corroboram com achados dos estudos realizados em Mato Grosso sobre aumento da incidência de doenças relacionadas às exposições aos agrotóxicos em áreas de maior uso (PIGNATI et al, 2020; NEVES et al, 2020; SANTOS et al, 2022; SILVA et al, 2022; SOARES et al, 2022).

A escuta de diferentes grupos e o acúmulo de leituras e informações sobre o agronegócio suscitaram também a hipótese de que predomina nas agro-cidades a



imposição de um pensamento único como estratégia ideológica de viabilizar seu projeto de “desenvolvimento” excludente e concentrador. O modelo também visa modelar as relações de trabalho, com a natureza, os espaços políticos, culturais e o próprio cotidiano. Tal processo é sintetizado por Vandana Shiva como monocultura da mente, expressão ideológica que fortalece e é fortalecida pelos projetos de imposição do agronegócio como único modo de viver (SHIVA, 2003). Esse é um dado que compõe os determinantes das violências e problemas de saúde enfrentados por essa parcela da população sinopense.

Por outro lado, reafirmamos, não se trata de um processo mecânico e unilateral: as reações dos movimentos sociais de mulheres, camponeses, indígenas, sindicais e até mesmo a presença de um mandato popular na câmara de vereadores de Sinop representam a resistência, a vitalidade de outros modos de pensar e viver que se tornam fundamentais para a produção de territórios saudáveis e sustentáveis. Por outro lado, ponderamos sobre a importância de construção de espaços reflexivos sobre a vivência de todo esse processo, os desgastes produzidos pelos enfrentamentos e tensões da militância que demandam um espaço de acolhimento e cuidado coletivo que potencializam o autocuidado.

Neste sentido, reiteramos a necessidade de pensar políticas públicas que intensifiquem a vigilância, a fiscalização e redução de uso de agrotóxicos, fortalecimento da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), proibição das pulverizações aéreas e definição de áreas livres de agrotóxicos e transgênicos, proibição de agrotóxicos já proibidos em outros países por seus já reconhecidos riscos à saúde humana e ambiental. Pensar estratégias de promoção da saúde e de fortalecimento da Agroecologia requer a discussão da temática nos diferentes setores da sociedade e o estabelecimento de pactos sociais que nos permitam viver em territórios saudáveis e sustentáveis. Perpassa, portanto, pelas transformações nos modelos de produção agrícola, a partir da Agroecologia.

Agradecimentos

Agradecemos o aporte financeiro do Ministério Público do Trabalho – 23ª Região, o apoio à gestão do projeto feito pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFMT e a Fundação UNISELVA. Também agradecemos todas as pessoas que participaram, e as que estão participando, como entrevistados e entrevistadas, membros das rodas de conversa e dos inquéritos autorreferidos.

Referências bibliográficas

- BREILH, Jaime. **Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 317p.
- MACHADO Jorge MH, MARTINS WJM, SOUZA MS, et al. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. Com. Ciências Saúde. 2018.
- MONTANARI CORRÊA, Marcia L. PIGNATI Wanderlei A., PIGNATTI Marta G. LIMA Franco ANS, . Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do



agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 123, p. 1070–1083, out. 2019.

NEVES Maelison S.; PIGNATI Wanderlei a, PIGNATTI Marta G., MONTANARI CORRÊA Marcia L. Determinação Social do processo saúde-doença de trabalhadores rurais no Brasil. *ACENO. Revista de Antropologia do Centro-Oeste* - v. 7 n. 14 (2020): Maio a Agosto de 2020.

PIGNATI, Wanderlei A. SOARES, Mariana R; LARA Stephanie S; LIMA Francco ANS; BARBOSA JACKSON R; MONTANARI CORRÊA Marcia L. Exposição aos agrotóxicos, condições de saúde autorreferidas e Vigilância Popular em Saúde de municípios mato-grossenses. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe2, p. 45–61, 2022.

SANTOS Leandro B. dos; SOARES Mariana R.; CALÓ Romero. dos S.; COSTA Alane. S.; MONTANARI CORRÊA Marcia L. Doenças respiratórias em menores de cinco anos relacionadas ao uso de agrotóxicos em Mato Grosso. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 7, p. e13449, 15 jul. 2023.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Ageo MC; SOARES, Mariana R.; SILVA, Naiaha A; MONTANARI CORRÊA ML; MACHADO, Jorge MH; PIGNATI, Wanderlei A; ANDRADE, Amanda CS; GALVÃO, Noemi D. Exposição ambiental e ocupacional entre pacientes com câncer em Mato Grosso. **Rev. bras. epidemiol.**; 25(supl.1): e220018, 2022.

SOARES, M. R. ; ANDRADE, A. C. S. ; GALVAO, N. D. ; PIGNATTI, M. G. ; PIGNATI, W. A. . Câncer infanto-juvenil: nas regiões mais produtoras e que mais usam agrotóxicos, morbidade e mortalidade no Mato Grosso. In: WANDERLEI ANTONIO PIGNATI; MARCIA LEOPOLDINA MONTANARI CORRÊA; LUÍS HENRIQUE DA COSTA LEÃO; MARTA GISLENE PIGNATTI; JORGE MESQUITA HUET MACHADO. (Org.). *DESASTRES SÓCIO-SANITÁRIO-AMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO E RESISTÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NO BRASIL*. 1ed.São Paulo: Outras expressões, 2021, v. 1, p. 249-262.